

PIB, balanço de pagamentos, renda per capita

Como entender os enigmáticos índices da economia

Como em toda virada de ano, o leitor vem sendo bombardeado nas últimas semanas por uma variedade de previsões sobre o crescimento da economia, a inflação, a taxa de juros, o balanço de pagamentos, as exportações, o nível de emprego, enfim, sobre diversos indicadores econômicos fundamentais para os que precisam planejar seus negócios em 1982. Em todo este noticiário, há pelo menos uma grande novidade: a economia brasileira corre o risco de, pela primeira vez desde 1945, ter apresentado no ano passado um crescimento negativo, como dizem os economistas em seu jargão quase incompreensível para a maioria das pessoas.

Este jargão — o economês — acaba fazendo com que notícias importantes como esta, que se referem diretamente à vida de todos nós, passem despercebidas. Ao invés de crescimento zero ou expansão negativa — como se uma coisa pudesse aumentar ficando do mesmo tamanho ou crescer encolhendo — seria mais fácil dizer que a economia brasileira regrediu, diminuiu, encolheu ou mesmo não cresceu. O que se segue é uma tentativa de traduzir os principais indicadores econômicos, que, afinal, são os que mostram se a economia — e quem dela participa — vai bem ou vai mal.

PIB, o rei dos indicadores

O Produto Interno Bruto ou PIB já chegou às manchetes dos jornais e, sem dúvida, é o rei dos indicadores econômicos. O PIB é o resultado de tudo que foi produzido no País sob a forma de bens (na indústria, na agricultura e na mineração) e serviços (no comércio, nos transportes, na exportação, nas telecomunicações) no período de um ano.

Quem calcula o PIB desde 1945 no Brasil é a Fundação Getúlio Vargas, através das chamadas contas nacionais. Esta contas estão relacionadas entre si e reúnem todos os dados sobre o consumo das famílias, o investimento das empresas e do Governo, os impostos, a produção, o desgaste das máquinas e equipamentos etc. Muitos desses números não podem ser calculados através de estatísticas precisas e por isso são calculados por processo contábil (a diferença entre uma conta e outra, um item de uma conta que é igual ao de outra conta, e assim por diante). Outro exemplo: PIB e renda nacional são idênticos.

No PIB, além da produção, são considerados os impostos indiretos — do tipo ICM, IPI, IOF e outros — e descontados os subsídios que o Governo concede ao setor privado e aos consumidores. Por exemplo: na maior parte, o trigo consumido no Brasil é comprado no exterior a um preço bem acima do que é vendido internamente. Esta diferença é o Governo quem paga. Os subsídios para a exporta-

ção e para a agricultura não entram no PIB, assim como os impostos diretos, como o Imposto de Renda.

O levantamento das contas nacionais geralmente leva de três a quatro anos, mas a FGV costuma fazer uma estimativa sobre o que ocorreu no ano anterior. Há várias previsões no momento. Alguns, como o diretor da Fundação, Julian Chacel, dizem que o PIB diminuiu em 81. Outros acham que o PIB não cresceu nada — o famoso crescimento zero. Já o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, acredita que a economia teve um crescimento real (descontada a inflação) de mais de três por cento no ano passado.

Hoje a indústria é o setor que, isoladamente, tem o maior peso no cálculo do PIB. É fácil explicar por que: para se fazer um automóvel, por exemplo, são necessários chapas de aço, vidros, estofamentos, molas, tintas, pneus, milhares de parafusos, porcas e componentes do motor. Ou seja, em um só produto participam dezenas ou centenas de empresas. Já na agricultura, precisa-se apenas de sementes, terras, água e, quando muito, tratores, fertilizantes e sistemas de irrigação também produzidos pela indústria.

O Ministério da Indústria e do Comércio calcula que em 81 o setor industrial produziu menos oito por cento que em 1980. Dessa forma, apesar do crescimento da agricultura e do setor de serviços, há quem acredite na queda do PIB no ano passado.

O PIB tem um parente muito próximo, chamado Produto Nacional Bruto, usado mais como indicador nos países desenvolvidos, que recebem renda do exterior. A diferença entre o PIB e o PNB é justamente esta renda recebida ou enviada para o exterior. Como nós transferimos ren-

da, o PIB brasileiro é maior que o PNB. Nos Estados Unidos, acontece o contrário.

Renda per capita ou por cabeça

Se o PIB é o rei dos indicadores econômicos, a renda per capita era até bem pouco tempo a rainha. Um país era considerado rico até a década de 60 quando tinha uma renda per capita superior a US\$ 1 mil. Depois da crise do petróleo e da inflação em todo o mundo, este conceito se modificou.

A renda per capita nada mais é do que o PIB dividido pela população do País. Portanto, é um indicador que não leva em conta as diferenças da renda entre as pessoas. No século passado, por exemplo, os escravos tinham no Brasil, estatisticamente, uma renda per capita, já que a população brasileira era na época muito pequena. Mas, os escravos não dispunham de qualquer renda.

Em outras palavras, a renda per capita não pode ser levada à risca como um indicador da riqueza de um povo. Atualmente, países tão diversos como a Suécia, o Kuwait, a Alemanha Ocidental, os Emirados Árabes, a Dinamarca, o Japão, os Estados Unidos têm renda per capita superior a US\$ 5 mil anuais. O Brasil está na faixa dos US\$ 1.800. Países densamente povoados, como Bangladesh, ou os muito pobres, como os da África Equatorial, têm renda per capita na faixa de US\$ 100 a US\$ 200, aproximadamente de Cr\$ 12 mil a Cr\$ 24 mil por ano.

Anos	PIB US\$ bilhões	Renda per capita US\$	Reservas cambiais US\$ bilhões	Inflação (%)	Expansão dos meios de pagamento (%)
1970	45,4	490	1,6	19,2	—
1971	52,3	545	2,7	19,8	—
1972	61,2	620	4,1	15,5	32,6
1973	81,3	800	6,4	15,7	47,1
1974	106	1016	5,3	34,5	33,5
1975	124,2	1160	4,0	29,4	42,8
1976	146,2	1327	6,5	46,3	37,2
1977	164,2	1360	7,2	38,7	37,5
1978	188,6	1510	11,9	40,8	42,2
1979	205,5	1780	9,7	77,2	73,8
1980	221	1840	6,9	110,2	70,2
1981	—	—	7,5	95,2	70

Inflação, o bicho-papão

A inflação é o indicador mais popular, pois fala diretamente ao bolso de cada um. Como todo cidadão tem sua inflação particular, ninguém fica satisfeito com o índice divulgado.

A inflação é uma média. Para explicar esta diferença entre os índices que são divulgados e os que estão na mente de cada um, o ministro Delfim Netto costuma dar o exemplo do cidadão que está com os pés no forno e a cabeça no congelador, o que teoricamente proporcionaria uma temperatura média agradável ao corpo. Na prática ninguém será capaz de suportar situação semelhante. O mesmo ocorre com a inflação. O índice divulgado é sempre diferente da variação no orçamento doméstico.

A Fundação Getúlio Vargas é responsável pelo cálculo da taxa de inflação no Brasil, apesar de outros institutos de pesquisa terem também os seus índices.

A inflação é medida pelo Índice Geral de Preços, O IGP, calculado de duas maneiras: no conceito de disponibilidade interna, que considera apenas a variação dos bens produzidos no País; e no conceito de oferta global, o que inclui os bens importados. Geralmente usa-se apenas o conceito de disponibilidade interna para identificar a inflação.

O IGP é uma média de três outros índices: o do custo de vida, o do atacado e o da construção civil. O índice da construção civil representa apenas dez por cento da inflação; o custo de vida e os preços no atacado entram com pesos iguais: 45 por cento cada um.

O custo de vida mede as variações de preços para o consumidor, considerando os itens alimentação — que representa quase 40 por cento do índice — habitação, vestuário, serviços públicos, serviços pessoais, saúde e higiene. O índice de preços por atacado mede os preços dos produtos industriais e agrícolas adquiridos pelas empresas. Já o índice da construção é subdividido em mão-de-obra e materiais de construção.

Tanto o índice da construção civil como o custo de vida consideram apenas as variações de preços no município do Rio de Janeiro, o que provoca críticas até das autoridades. Por isso, o Governo passou, através do IBGE, a calcular um índice próprio de custo de vida, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para os reajustes salariais. O INPC é uma média de variação dos preços nas cinco principais regiões metropolitanas do País: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Há também dois índices, a correção cambial e a correção monetária, que acompanham a inflação. A correção cambial serve para reajustar a taxa do dólar em relação ao cruzeiro. Duas vezes por mês, geralmente, o Governo usa este me-

canismo para desvalorizar o cruzeiro. Assim, as mercadorias brasileiras mantêm praticamente o preço para o comprador estrangeiro.

Já a correção monetária serve para reajustar os aluguéis, as prestações do

BNH, empréstimos e contratos que são realizados com esta cláusula. Tanto a correção monetária quanto a cambial são fixadas pelo Governo, embora, teoricamente, devam acompanhar a inflação.

A Fundação Getúlio Vargas usa um método muito adotado pelos estatísticos para calcular índices de preços. É o método de Laspeyres, que tem o inconveniente de não considerar as variações das quantidades consumidas de cada produto durante o período que está sendo considerado. Se um produto, por exemplo, deixa de ser comprado porque subiu muito de preço, esta queda no consumo não se reflete imediatamente no índice. De vez em quando, no entanto, as ponderações são ajustadas.

O balanço da 'empresa' Brasil

O balanço de pagamentos é a grande dor-de-cabeça das autoridades desde 1974. Toda a política econômica gira em função do que vai acontecer com o balanço de pagamentos.

Nele são registradas todas as operações feitas pelo País com o resto do mundo. É o balanço da empresa Brasil com o exterior. Todo o dinheiro que entra e sai do País, sob a forma de moeda, mercadorias, serviços, é considerado.

O balanço de pagamentos se divide em três partes: conta corrente, conta de capital e conta de compensação.

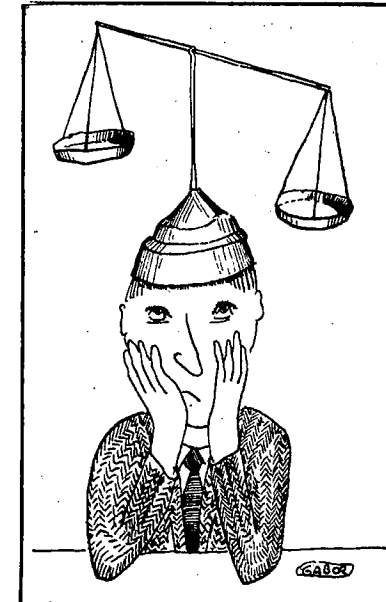
Na conta corrente, o item mais conhecido é o da balança comercial. Balança é realmente o termo adequado, pois de um lado estão as exportações e do outro as importações. De 1974 até agosto de 1981, a balança brasileira esteve mais para as importações do que para as exportações. Depois de agosto, o País passou a vender mais do que a comprar.

A conta corrente inclui também os serviços e os donativos. Os serviços são os juros pagos ou recebidos do exterior, os fretes, os seguros, a remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, os ganhos das empresas brasileiras que estão fazendo obras no estrangeiro, os pagamentos pelas marcas e patentes (os royalties), as remessas de imigrantes para seus familiares, os direitos autorais por livros e discos, o aluguel de filmes estrangeiros, o turismo internacional e a assistência técnica contratada geralmente nos casos em que o Brasil precisa importar tecnologia para fazer máquinas e equipamentos.

Os donativos hoje não têm quase expressão, mas antigamente o Brasil estava na categoria dos países mais pobres e costumava obter doações de nações mais ricas, como os Estados Unidos, o Canadá, a Suécia, a Inglaterra.

Além dos juros da dívida externa e do déficit acumulado na balança comercial, os gastos do Brasil com petróleo aumentaram muito após 1973, quando os preços do óleo dispararam no mercado internacional. O País também vinha comprando muitos equipamentos e matérias-primas.

Então, para cobrir o déficit comercial, o Brasil se endividou substancialmente no exterior. O pagamento dos juros da dívida agravou ainda mais o problema da conta corrente, já abalada pelo déficit comercial.



No ano passado, o Brasil conseguiu melhorar esta situação registrando um saldo na balança comercial de mais de US\$ 1 bilhão, o mais alto de sua história. As despesas e as receitas com os demais serviços — fretes, turismo royalties — estão também quase equilibradas.

Na conta de capitais, segundo componente do balanço de pagamentos, estão os recursos necessários para financiar, no caso brasileiro, o déficit em conta corrente. Nela estão os investimentos e os investimentos de empresas estrangeiras no País, os empréstimos feitos para compra de mercadorias, e os créditos em moeda forte, sem vinculação com a compra de qualquer produto. Na conta de capital, são descontadas as amortizações dos empréstimos externos.

Quando o resultado da conta de capitais é superior ao déficit da conta corrente, como aconteceu em 1981, a diferença é acrescida às reservas cambiais do País. Quanto o resultado é inferior, o país tem de tirar o dinheiro das reservas para cobrir a diferença.

A conta de compensação tem efeito apenas contábil. Serve para mostrar como é aplicado (no caso de superávit) ou coberto (no caso de déficit) o resultado do balanço de pagamentos.

O balanço de pagamentos é superavitário quando as reservas cambiais crescem. E é deficitário quando as reservas caem.

Meios de pagamento? Dinheiro e cheques

Os meios de pagamento são o total de moeda em circulação no país, sob a forma de dinheiro propriamente dito e cheques (depósitos à vista nos bancos). Através do controle dos meios de pagamento, pode-se ativar ou desativar a economia. O Governo, principalmente, e os bancos têm poder de influir sobre os meios de pagamento. O Governo porque pode emitir papel-moeda ou dar crédito através do Banco do Brasil e outros bancos oficiais. E os bancos porque têm capacidade de multiplicar os seus depósitos, emprestando esses mesmos recursos para diferentes empresas ou pessoas. Como nem todos vão de uma só vez retirar o dinheiro nas agências, os bancos podem emprestar muito mais do que têm efetivamente em caixa.

Há, por isso, várias medidas de controle sobre os empréstimos, para que eles sejam concedidos dentro de determinados limites. Se há crédito abundante, há muito dinheiro em circulação, e a oferta de bens pode não ser suficiente para acompanhar a procura de mercadorias. O crédito é instantâneo, enquanto a produção sempre exige algum tempo para se concretizar. O resultado é a inflação.

Todo início de ano o Governo define em quanto pretende expandir os meios de pagamento e o crédito. Na verdade, os gastos públicos — incluídos aí os créditos à produção, os subsídios, o déficit da Previdência Social e outros — são muito superiores aos recursos que o Governo tem em seu poder. Para cobrir a diferença, o Governo emite moeda, seja através de dinheiro ou créditos no Banco do Brasil. Esta diferença é também chamada de base monetária, possivelmente a grande responsável pela expansão dos meios de pagamento e da inflação no Brasil.